

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	23
1. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O RECURSO ESPECIAL E OS RECURSOS REPETITIVOS	33
1.1. O Superior Tribunal de Justiça e a Constituição Federal de 1988	33
1.1.1. A origem, a estrutura, a competência e a função constitucional do Superior Tribunal de Justiça	33
1.1.2. O Superior Tribunal de Justiça e a atual ambiguidade de suas funções institucionais	42
1.2. O Recurso Especial no sistema recursal brasileiro	50
1.2.1. As características específicas do Recurso Especial como espécie de recurso excepcional	50
1.2.2. O atual sistema de admissibilidade do Recurso Especial: a jurisprudência defensiva e o caráter técnico do recurso excepcional.....	54
1.3. Os Recursos Especiais Repetitivos no Superior Tribunal de Justiça	59
1.3.1. Breves considerações sobre o Sistema Brasileiro de Precedentes....	59
1.3.2. Recursos Especiais Repetitivos no STJ: entre avanços e retrocessos	70
2. OS FILTROS RECURSAIS NAS CORTES SUPREMAS NO DIREITO COMPARADO E NO BRASIL	77
2.1. As crises nas Cortes Supremas e os mecanismos tradicionais de enfrentamento.....	77
2.1.1. As crises quantitativas e qualitativas enfrentadas pelas Cortes Supremas	77

2.1.2.	Meios tradicionais de enfrentamento de crises nas Cortes Supremas	80
2.1.3.	A relação sinérgica entre os filtros recursais e as Cortes Supremas	83
2.2.	Os filtros recursais como instrumentos de acesso às Cortes Supremas e seus modelos de aplicação	85
2.2.1.	A competência para exercer a seleção de casos	85
2.2.2.	Os filtros relacionados ao interesse predominante.....	86
2.2.3.	Os filtros negativos (por manifesta inadmissibilidade) e os positivos de acesso às Cortes Supremas	87
2.2.4.	Os filtros qualitativos puros e os mistos.....	88
2.3.	As estruturas essenciais dos filtros recursais qualitativos	89
2.3.1.	A amplitude dos termos e os critérios do filtro qualitativo	89
2.3.2.	A opção por sistemas de escolha de ampla discricionariedade e os de fundamentação necessária	90
2.3.3.	Os elementos de transparência e controle dos filtros de seleção qualitativa	90
2.4.	Os filtros de acesso às Cortes Supremas no direito comparado.....	91
2.4.1.	O modelo de filtragem da Suprema Corte dos Estados Unidos	91
2.4.2.	O modelo de filtragem da Corte Suprema de Justiça da Argentina....	95
2.4.3.	O modelo de filtragem da Suprema Corte do Reino Unido	98
2.4.4.	O modelo de filtragem do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal....	100
2.4.5.	O modelo de filtragem da Corte de Cassação da França.....	102
2.4.6.	O modelo de filtragem da Corte de Cassação da Itália.....	104
2.4.7.	O modelo de filtragem do Supremo Tribunal da Espanha	108
2.4.8.	O modelo de filtragem do Tribunal Federal de Justiça da Alemanha....	110
2.5.	Os filtros de acesso às Cortes Supremas brasileiras.....	113
2.5.1.	A arguição de relevância da questão federal no recurso extraordinário (período anterior à Constituição Federal de 1988)	113
2.5.2.	A EC 45/2004 e a repercussão geral no recurso extraordinário: acertos e desacertos após 15 anos de experiência no Supremo Tribunal Federal.....	120
2.5.3.	A transcendência do recurso de revista julgado pelo TST	130

3. A RELEVÂNCIA DA QUESTÃO DE DIREITO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL NO RECURSO ESPECIAL	133
3.1. Aspectos introdutórios da relevância da questão de direito federal introduzida pela EC 125/2022	133
3.1.1. A tramitação legislativa da EC 125/2022	133
3.1.2. A delimitação temporal da aplicabilidade do novo texto constitucional	136
3.1.3. O anteprojeto de lei para a regulamentação da relevância da questão de direito federal.....	139
3.2. O filtro recursal da relevância da questão de direito federal	143
3.2.1. As múltiplas finalidades da relevância da questão federal no recurso especial: filtro recursal, filtro seletivo e instrumento de formação de precedentes obrigatórios	143
3.2.2. A delimitação teórica dos elementos necessários ao reconhecimento da relevância da questão de direito federal.....	149
3.2.3. Os pontos de contato e as distinções entre os filtros recursais brasileiros.....	161
3.3. A previsão constitucional de relevância da questão de direito federal	167
3.3.1. As presunções de relevância das hipóteses constitucionais e os seus prismas interpretativos	167
3.3.2. Os processos de natureza penal, ações de improbidade administrativa e ações que possam gerar inelegibilidade.....	175
3.3.3. As ações com valor da causa que ultrapassem 500 salários mínimos	180
3.3.4. A contrariedade à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.....	187
3.3.5. As perspectivas de outras hipóteses de relevância da questão federal na legislação regulamentadora	192
3.4. Os impactos da implementação do filtro recursal da relevância nos Tribunais locais.....	198
3.4.1. Os riscos da “estadualização do direito federal” após a EC 125/2022	198
3.4.2. A nova dimensão de competência dos Tribunais locais diante do filtro da relevância e as suas implicações na atuação jurídica das partes....	201
4. O JULGAMENTO DA RELEVÂNCIA NA QUESTÃO FEDERAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	205
4.1. A demonstração da relevância da questão de direito federal e a sua relação com a admissibilidade do recurso especial	205

4.1.1.	A preliminar da relevância da questão de direito federal no recurso especial	205
4.1.2.	O momento processual de análise da relevância da questão de direito federal e os demais requisitos de admissibilidade do recurso especial	210
4.2.	Os capítulos autônomos do recurso especial após a vigência da EC 125/2022.....	217
4.2.1.	A relevância da questão de direito federal nos capítulos autônomos do recurso especial e a impossibilidade de julgamento de recursos especiais sem a presença do requisito constitucional.....	217
4.2.2.	A negativa de prestação jurisdicional (Violação dos arts. 489, § 1º e incisos, e 1.022 do CPC/2015) pelos Tribunais de origem e a compatibilidade procedimental com a relevância da questão de direito federal	220
4.3.	A competência interna do STJ para o julgamento da relevância da questão de direito federal	224
4.3.1.	A necessária reformulação da competência interna dos órgãos julgadores e sessões de julgamento do STJ.....	224
4.3.2.	O quórum de julgamento do órgão julgador do STJ para análise da relevância da questão de direito federal	229
4.4.	Os prováveis mecanismos processuais para o julgamento de recursos especiais no STJ após a EC 125/2022.....	232
4.4.1.	A análise dos requisitos de admissibilidade do recurso especial	232
4.4.2.	O reconhecimento da relevância e a reafirmação da jurisprudência do STJ no mesmo julgamento	234
4.4.3.	A decisão colegiada negativa da presença da relevância da questão de direito federal e os seus efeitos vinculantes.....	237
4.4.4.	O reconhecimento da relevância e o julgamento presencial do mérito da questão jurídica pelo órgão julgador competente	240
5.	O NOVO PERFIL INSTITUCIONAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O FILTRO SELETIVO PURO NO ÂMBITO DA RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL ..	243
5.1.	A mudança do perfil institucional do STJ	243
5.1.1.	A insuficiência dos mecanismos de julgamento atuais para a alteração do perfil institucional do STJ	243
5.1.2.	A construção da própria agenda e o poder do STJ de não decidir.....	245
5.1.3.	A inexistência de direito subjetivo da parte à interposição do recurso especial	248

5.2.	O filtro seletivo puro como elemento de concretização da relevância da questão federal.....	255
5.2.1.	Os elementos estruturantes da proposta de implementação do filtro seletivo puro: a natureza negativa de caráter não vinculante, a índole seletiva de processos relevantes e a decisão colegiada julgada por Turma do STJ.....	255
5.2.2.	A intensidade da fundamentação negativa no filtro seletivo puro.....	262
5.2.3.	A implementação de mecanismos de transparência e o papel do plenário virtual no filtro da relevância da questão federal.....	269
REFERÊNCIAS	275